

A compreensão do si mesmo e do outro em autobiografias: contribuições ricoeurianas na escrita da história.

Márcia Pereira dos Santos*

O envolvimento entre a pesquisa que desenvolvemos² e a filosofia de Paul Ricoeur se justifica menos por uma adesão à hermenêutica ricoeuriana que pela tentativa de estabelecer uma reflexão política sobre o homem como sujeito que se questiona e se pensa através de narrativas de si mesmo e dos outros. Nesse sentido é que tomar relatos de memórias, autobiografias entre outros escritos literários como fontes para a escrita da história se apresenta como momento privilegiado de questionar identidades e sentidos de mundo criados por experiências diversas de escritores que no seu exercício literário interpretam o mundo, compreendem-no e o dão a ler.

O intuito do presente texto é apresentar a filosofia ricoeuriana como referência na interpretação e compreensão de narrativas autobiográficas à medida que este autor estabelece um vínculo profundo entre as maneiras de o sujeito compreender-se a si mesmo e ao mundo que o cerca e, desse processo, elaborar narrativas.

Partindo desse princípio é que as discussões sobre narrativa, especialmente aquelas efetivadas por Paul Ricoeur em *Tempo e Narrativa* (3 volumes) e no livro *O Si Mesmo Como um Outro*, se fazem pertinentes no presente texto.

Em *Tempo e Narrativa* Ricoeur convida a repensar a narrativa afirmando que:

O desafio último tanto da identidade estrutural da função narrativa é o caráter temporal da existência humana. O mundo exibido por qualquer obra narrativa é sempre um mundo temporal. (...) O tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo; em compensação a narrativa é significativa na medida em que esboça traços da experiência temporal. (1994, p. 15).

E explorando mais essa dimensão temporal da experiência humana é que se encontra em Ricoeur a possibilidade de compreender as narrativas literárias como formas de constituição do sujeito e, nesse caso, espaço para interrogação e problematização do si e, concomitantemente, do outro, elaborados em forma literária, seja em narrativas autobiográficas e memorialísticas seja em narrativas de ficção. Isto é, aqui é preciso aqui entender essas narrativas como espaço em que uma identidade se afigura não apenas como uma identidade pessoal, mas principalmente como identidade narrativa.

Tanto em *Tempo e Narrativa* quanto em *O Si Mesmo Como um Outro* Ricoeur admite a aproximação entre uma identidade pessoal e uma identidade narrativa, isso porque segundo o autor:

O frágil rebento oriundo da união entre a história e da ficção é a *atribuição* a um indivíduo ou a uma comunidade de uma identidade específica que podemos chamar de identidade narrativa. O termo “identidade” é aqui tomado no sentido de uma categoria prática. (...) Responder à questão “quem?”, como o dissera Hannah Arendt, é contar a história de uma vida. A história narrada diz o quem da ação. *A identidade do quem é apenas, portanto, uma identidade narrativa*. Sem o auxílio da narração a problemática da identidade pessoal está, com efeito, fadada a uma antinomia sem solução: ou se coloca um sujeito idêntico à si mesmo na diversidade de seus estados, ou se considera, na esteira Hume e Nietzsche, que esse idêntico é somente uma ilusão substancialista, cuja eliminação só se revela

²* Professora do Departamento de História do Campus de Catalão da UFG e doutoranda em História pela UNESP/Franca

Relembrações em Minguante: memória e modernidade em narrativas bernardeanas (1965 – 1996). Pesquisa de doutoramento em História, na linha de pesquisa História e Cultura Política – UNESP/Franca.

num puro diverso de cognições, de emoções e de volições. Desaparece o dilema se substituímos a identidade compreendida no sentido de um mesmo (idem) pela identidade no sentido de um ipse; a diferença entre idem e ipse não é senão a diferença entre uma identidade substancial ou formal e a identidade narrativa (Ricoeur, 1997 a, p. 424-425). Grifos do autor.

É a partir daí que Ricoeur postula que a narrativa pode e dá ao sujeito não apenas a oportunidade de pensar sobre si, mas também de contar sobre si. Partindo desse problema, da decifração do “quem” do narrador é que nasce o livro *O Si Mesmo Como um Outro* que na seqüência de *Tempo e Narrativa* retoma, especialmente, em seu quinto estudo a discussão sobre identidade narrativa, não mais partindo da narrativa como constituinte da temporalização do humano, mas sim da narrativa como constituição do si.

É suficiente, no momento, dizer que em muitas narrativas é pela escala de uma vida inteira que o si procura sua identidade; entre as ações curtas, às quais limitam-se nossas análises anteriores sob o constrangimento da gramática das frases de ação, e a conexão de uma vida, da qual Dilthey nos seus ensaios teóricos sobre a autobiografia, dispõem-se graus de complexidade que levam à teoria da ação em nível requerido pela tória narrativa. É do mesmo modo que diria por antecipação que não existe narrativa eticamente neutra. A literatura é um vasto laboratório onde são testadas estimas, avaliações, julgamentos de aprovação e de condenação pelas quais a narrativa serve de propedêutica à ética. (Ricoeur, 1991, p. 139 –140).

Isso porque conforme alerta Paul Ricoeur, no tomo III de *Tempo e Narrativa* a identidade do narrador não é fixa, mas se constitui no jogo sempre dinâmico do narrar.

O termo identidade é aqui tomado no sentido de uma categoria prática. Dizer a identidade de um indivíduo ou de uma comunidade é responder à questão: quem fez tal ação? Quem é o seu agente, o seu autor? Essa questão é primeiramente respondida nomeando-se alguém, isto é, designando-o por um nome próprio. Mas qual é o suporte da permanência do nome próprio? Que justifica que se considere o sujeito da ação assim designado por seu nome, como o mesmo ao longo de toda uma vida, que se estende do nascimento à morte? A resposta só pode ser narrativa.

A ipseidade pode escapar ao dilema do mesmo e do Outro, na medida em que sua identidade se baseia numa estrutura temporal conforme ao modelo de identidade dinâmica oriunda da composição poética de um texto narrativo. O si mesmo pode, assim, ser dito, refigurado pela aplicação reflexiva das configurações narrativas. Ao contrário da identidade abstrata do Mesmo, a identidade narrativa, constitutiva da ipseidade, pode incluir a mudança, a mutabilidade, na coesão de uma vida. O sujeito mostra-se, então, constituído ao mesmo tempo como leitor e como escritor de sua própria vida, segundo o voto de Proust. Como a análise literária da autobiografia verifica, a história de uma vida não cessa de ser refigurada por todas as histórias verídicas ou fictícias que um sujeito conta sobre si mesmo. Essa refiguração faz da própria vida um tecido de histórias narradas. (Ricoeur, 1997 a, 424-425).

O que leva ainda ao questionamento da identidade que se quer narrar e daquela que se narra, já que uma e outra ação não se confundem no ato narrativo. Ou seja, há uma confluência de intenções que norteiam, por um lado, a narração do passado, por outro a apropriação dessa narrativa, tal como foi recebida e apropriada pelo leitor. Processo no qual a inventividade se torna uma dimensão muito própria das formas narrativas, mesmo aquelas nas quais um *efeito de verdade* é requerido na sua constituição como é o caso da autobiografia.

A autobiografia de seria, no dizer de Paul Ricoeur:

Hablando de autobiografia, tomo en cuenta las trampas y defectos inherentes al género. Una autobiografia es ante todo el relato de una vida; como toda obra narrativa es selectiva y, en

tanto tal, inevitavelmente sesgada. Uma autobiografia es, además, en sentido preciso una obra literaria ; en tanto tal, se basa en la distancia a veces benéfica, otras perjudicial, entre el punto de vista retrospectivo del acto de escribir lo vivido, y el desarrollo cotidiano de la vida; esta distancia distingue la autobiografía del diario. Una autobiografía, finalmente, se basa en la identidad, y por ende en la ausencia de distancia entre el personaje principal del relato, que es uno mismo, y el narrador que dice yo y escribe en primera persona del singular. (Ricoeur, 1997 b. p. 13)

Em tal caso é preciso discutir a autobiografia como uma escrita que autoriza o sujeito, entendido como sujeito do mundo moderno³, um auto referenciar-se e auto revelar-se, porque o pronome *eu* parece encerrar uma dádiva de vida e de certeza. No entanto é dentro do questionamento dessa pequena palavra que nascem as autobiografias como interrogação e especulação sobre si mesmo que vão se resolvendo a medida que vai se narrando a *vida vivida*. Uma busca do eu que, já em Rousseau e mesmo em Santo Agostinho, tornou-se uma busca por si mesmo levada a cabo por inúmeros literatos, filósofos, pensadores e, mesmo, gente que se considera comum, mas que, tendo algo a dizer, o faz através de uma narração de suas vidas. A pergunta guiadora de tais empresas é sempre: *quem fui eu? Quem sou eu?*

As tentativas de resposta a essas indagações foram muitas e, na maioria das vezes, forjadas a partir de um *si mesmo* em intenção de um *outro*. Porque responder a essas perguntas é menos um compreender-se que um dar-se a compreender. Assim é que se pode entender a autobiografia dentro de uma opção que um sujeito assume de narrar sua vida.

Mas a vida narrada não é a vida vivida. A experiência da narração é aquela que transforma o vivido no contado ou, melhor dizendo, consiste na *configuração* dos acontecimentos da vida em um enredo, que por seu lado, permite uma *refiguração* dessa mesma vida, dotando-a de uma identidade narrativa que pode ser interpretada e compreendida. (Ricoeur, 1997a).

Essa capacidade da vida contada tornar-se uma referência de identidade dá ao autor da autobiografia a satisfação de ver-se, a si mesmo, representado enquanto personagem de uma história que ele viveu e que pode contar. Nesse caso, autor, personagem e narrador se fundem em uma só pessoa (Jozef, 1997), diria um só sujeito, sem, no entanto, serem os mesmos, aquele que viveu e aquele que contou essa vida, ou se poderia dizer ainda que o personagem da autobiografia é o autor se inventando também, daí não se pode dizer que a vida lembrada e narrada seja a vida vivida,

³ Aqui se partilha das ressalvas de Jeanne Marie Gagnebin sobre as definições de sujeito especialmente no que se refere ao pensamento de Paul Ricoeur. A autora dirá: Desde o início, portanto, Ricoeur se situa num certo combate às versões mais exacerbadas de idealismo, em particular à pretensão de auto-suficiência da consciência de si, para ressaltar os *limites* dessa tentativa. Limites entendidos, seguindo a empresa crítica de Kant, como as demarcações intransponíveis da racionalidade e da linguagem humanas, sob pena de cair nas aporias ou, pior, na *hybris* (dês-medida) de um pensamento que se auto-institui em absoluto; mas limites também no sentido de uma *fronteira* que aponta, por sua própria existência, para um outro país, para uma outra *região* que o território da consciência auto-reflexiva. Essa problemática das *fronteiras* e das *regiões* (ver os subtítulos dos volumes 2 e 3 de *Leituras*) é, portanto, dupla reflexão de Ricoeur: crítica, certamente, mas também e inseparavelmente aberta, cheia de curiosidade. Ao reconhecer seus limites, a consciência filosófica não se restringe à sua auto reflexão solipsista, mas reconhece, com um certo alívio alegre, que existe algo fora dela, e mais, que esse algo é tão fundamental como apaixonante. A luta contra os exageros da tradição idealista, que Ricoeur aponta como motivo primeiro de sua filosofia, desemboca assim numa pesquisa apaixonada das relações da consciência – e desse sujeito – com o mundo que os circunscreve e os constitui por inúmeros laços. Em termos heideggerianos que Ricoeur gosta de usar: a pesquisa das inúmeras maneiras do sujeito humano habitar o mundo e torná-lo mais habitável. À “exaltação do *Cogito*” que se opõe um *Cogito* “quebrado” (*brisé*) ou “ferido” (*blesé*) como escreve Ricoeur no prefácio a *Si mesmo Como um Outro*. Mas essa quebra é, simultaneamente, a apreensão de uma unidade muito maior, mesmo que nunca totalizável pelo sujeito: a unidade que se estabelece, em cada ação, em cada obra, entre o sujeito e o mundo. (Gagnebin, 1997, p. 262). (grifos da autora).

porque o próprio autor não é, em essência, aquele cuja história está sendo exposta. O que se quer com isso é mostrar como o exercício de memória autobiográfica é marcado por uma ficcionalidade. Ficcionalidade, mas não falseamento. Uma ficcionalidade que é a própria forma narrativa que deixa passar⁴.

Daí compartilharmos da afirmação de Paul Ricoeur que a narrativa autobiográfica dá ao narrador a possibilidade de ficcionalizar sua vida, elaborando a mesma como enredo que se realiza em narração. Em outras palavras, contar a vida, marcada por experiências diversas é tramar essa mesma vida, dando a mesma um sentido, uma forma, e por certo expondo uma concepção de mundo.

De tais afirmativas é que é possível tomar as autobiografias não como a vida vivida, mas como a vida contada por um autor que, chegando em determinado tempo se sente compelido a contar-se, numa busca talvez de um auto-encontro, mas também de exposição ao outro de si mesmo. Nesse ponto o historiador encontra, ainda, nas autobiografias sentidos de mundo e de *si mesmo* construídos pelos sujeitos não só na vida vivida, mas nas escolhas narrativas que fizeram para contar essa mesma vida.

Bibliografia

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Memória, História, Testemunho. In: BRESCIANI, Stella. NAXARA, Márcia. *Memória e (Res) Sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: ed. da Unicamp, 2001.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Verdade e memória do passado. In: *Projeto História*. São Paulo: Educ, N 17, nov/1998.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. Uma filosofia do cogito ferido: Paul Ricoeur. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 11, n.30, 1997. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141997000200016 &lng=en&nrm=iso>. Access on: 22 Oct 2006. doi: 10.1590/S0103-40141997000200016.

JOZEF, Bella. (Auto) Biografia: os territórios de memória e de história. In: AGUIAR, Flávio. Et al. (org.). *Gêneros de Fronteira: cruzamentos entre o histórico e o literário*. São Paulo: Xamã, 1997.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e Ideologias*. 4ª ed. Trad. Hilton Japiassu. RJ: Francisco Alves, 1990.

RICOEUR, Paul. *Teoria da Interpretação: o discurso e o excesso de significação*. Lisboa: Edições 70, 1987.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo I. Campinas, SP: Papirus, 1994

RICOEUR, Paul. *Tempos e Narrativa*. Tomo II. Campinas, SP: Papirus, 1995.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa*. Tomo III. Campinas, SP: Papirus, 1997 a.

RICOEUR, Paul. *O si mesmo como um outro*. Campinas, SP: Papirus, 1991

RICOEUR, Paul. *Autobiografia intelectual*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1997 b.

VEYNE, Paul. *Como se Escreve a História. & Foucault revoluciona a História*. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998.

⁴ Sobre a relação entre ficcionalidade e verdade ver Paul Ricoeur, *Tempo e Narrativa*, III, 1997 a. Também aqui vale citar os estudos de H. White (1994) sobre a construção da ficcionalidade história e, ainda o questionamento do estatuto de verdade e ficção da história proposto por Paul Veyne em *A Escrita da História* (1998). Tais discussões orientam o questionamento da relação entre história e ficção, que neste momento não parecem pertinentes, porém essas mesmas discussões permite refletir sobre a relação sempre problemática entre um relato que se funda num ideal de verdade e a própria ficcionalidade que o ato narrativo impõe, à medida que é por seu lado, o processo de elaboração de um enredo, nas palavras de Paul Ricoeur, que implica estratégias narrativas similares à escrita de ficção.

WHITE, Hyden. *Trópicos do Discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correa de Franca Neto. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo: 1994.